

Evidencia-se no Brasil que os grupos sociais situados sóciohistoricamente no âmbito da agricultura familiar e camponesa ainda vivenciam grandes dificuldades no acesso às políticas públicas e na efetivação de direitos. Este acesso é ainda mais restrito quando se trata da população jovem.

Uma das principais, se não a principal questão colocada para a ruralidade – não apenas no Brasil, mas em diversos países do mundo é a promoção da sucessão rural. As taxas de êxodo rural no Brasil reduziram o ritmo de crescimento nos últimos anos, mas ainda são positivas. Isto é, a migração campo-cidade ainda é um componente importante da dinâmica demográfica brasileira. Dentre os brasileiros e brasileiras que migram para as cidades a grande maioria é composta de jovens que se veem sem perspectiva de renda e qualidade de vida no campo. Entre 2000 e 2010, cerca de 2 milhões de pessoas deixaram o meio rural; destas, 1 milhão são jovens, conforme dados do Censo/IBGE. Não é arriscado prever que dos oito milhões de jovens rurais mapeados pelo Censo de 2010 alguns milhares já tenham imigrado para áreas urbanas.

A dimensão da sucessão rural para o rural brasileiro é fundamental. O esvaziamento do campo acaba por dar prazo de validade ao modelo da agricultura familiar brasileira. Se não houver uma política voltada para o enfrentamento da vulnerabilidade da juventude rural e para a garantia de condições para que ela permaneça no campo, em pouco mais de um par de décadas o Brasil irá enfrentar, por exemplo, problemas de abastecimento alimentar e hídrico. Isso porque cerca de 70% dos alimentos consumidos no país provém da agricultura familiar e a preocupação com a preservação das nascentes e o baixo consumo de água nas propriedades da agricultura familiar são parte da garantia de nossa soberania hídrica e alimentar.

Tendo em vista essa preocupação estrutural para essa dinâmica socioeconômica, a Presidenta Dilma Rousseff anunciou, na ocasião da reunião com a Contag no 21º Grito da Terra (maio de 2015), a elaboração do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural até 2016. Juntamente com políticas de acesso a terra, ao crédito, aos mercados e à assistência técnica, de responsabilidade majoritária do MDA, há que se efetivar políticas que promovam a qualidade de vida e a cidadania no campo.

A garantia do viver bem no campo passa pelas políticas de Educação do Campo; de inclusão digital nos assentamentos e demais espaços da agricultura familiar; pela garantia de espaços de convivência e de promoção da cultura e do esporte; além da garantia de habitação e transporte (acessibilidade) nas áreas rurais; e de políticas de saúde específicas para a juventude. Sendo assim, para além do MDA, o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural deve contar com ações e medidas de diversas áreas e órgãos do governo, como ministérios da educação, das comunicações, da cultura e do esporte, das cidades, da saúde, dentre outros.